

# O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E O PENSAMENTO CRÍTICO

uma abordagem política

Quando precisou escolher um tema para sua tese de doutoramento na Escola de Serviço Social da UFRJ, Carlos Frederico B. Loureiro optou pela análise da atuação da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente no Rio de Janeiro — Apedema-RJ, à luz do pensamento de esquerda. A diversidade entre as entidades (e seus líderes) ligadas ao referido coletivo organizado, ofereceu ao autor um tão amplo painel de objetivos e formas de luta que não seria absurdo dizer que, ao concluir a tese da qual este livro é uma síntese, Loureiro produziu uma poderosa análise do movimento ambientalista como um todo.

Ele começa por situar o que chama de "questão ambiental" e a avaliar o papel dos atores sociais envolvidos na promoção do pensamento ambientalista, sugerindo que o discurso de que "estamos todos em uma mesma aeronave que deve ser salva" pode levar ao esquecimento de que esta aeronave "é composta em sua base por desigualdades socioeconômicas profundas e intoleráveis". Em seguida, define o que é e como surgiu o ambientalismo e discute suas contribuições para a reflexão sobre a sociedade. Neste momento, questiona a "sustentabilidade" do desenvolvimento que não supõe "a crítica às relações sociais e de produção tanto quanto ao tipo de valor simbólico e de uso dado à natureza".

Para repensar a relação sociedade-natureza, recorre ao método dialético e histórico, que, segundo ele, "possui uma indiscutível contribuição ao debate ecológico, pelo sentido de uma unidade dialética sociedade-natureza, de entendimento do humano como natureza sem suprimir suas especificidades, e por permitir uma reflexão contextualizada e consistente do discurso e da prática ambientalista". Na trajetória passa inextricavelmente pelo encontro ambientalismo/esquerda, discutindo suas mútuas

na baixa institucionalidade<sup>3</sup> das e o reconhecimento da trajetória de se dando no plano da ação infor- gregam forças mediante a gravi- icitados publicamente.

as, por muitos pensadores, como ais, que buscam uma ação políti- edade brasileira com história de de uma cidadania passiva e de ONGs ambientalistas constituem- ã e democrática na vida social a lectualizados, postos entre seto- os e desarticulados e um Estado gárquicos e submetido aos inte- (1994).

vistas como a expressão do ca- munitarista e localizado das or- e prestadoras de serviços, o que s políticas públicas e na adoção nente visível e viável. Apenas o cimento da urgência da proble- em um contexto de iniciativas etiva, num misto de *cidadania* rem falar em nome de muitos e ncapazes de estabelecer políti- strutural da sociedade.

pouco interesse e capacidade material al e de espaço físico da entidade, tendo btenção de legitimidade e de conquista onstata pelo número elevado de ONGs na residência de um dos integrantes de que possibilite uma vivência dos mem- ente é o registro do CGC e de cadastro ando outros níveis de formalização

## O AMBIENTALISMO

O ambientalismo é aqui concebido como um projeto realista e utópico de múltiplas orientações, que se inscreve na política mundial, simultaneamente, como um posicionamento de apropriação simbólica e material que vai desde proposições civilizatórias, passando pelo questionamento da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das leis de mercado, a iniciativas comportamentais *ecologicamente corretas*, tendo como eixo analítico o processo de atuação humana no ambiente e a discussão acerca da relação sociedade-natureza, visando a alcançar uma nova base civilizacional. Partindo desta definição, evitamos usar terminologias dualistas do tipo ecologistas e ambientalistas, optando por um termo mais genérico que evidencia as múltiplas compreensões inseridas no campo da *questão ambiental*.

De posturas anti-humanistas, ecocêntricas e individualistas, a concepções coletivistas e racionalistas, possibilitando a formação de correntes distintas – fundamentalistas, ecossocialistas, compatibilistas, verdes radicais, dentre outras (Herculano, *in*: Goldenberg, 1992) –, os ambientalistas fazem críticas pertinentes e equivocadas a todas as linhas de pensamento representadas na modernidade, absorvendo categorias que vão de marxistas (Marx, Gramsci, Gorz, Goldsmith, Smith, O'Connor, Pepper, Marcuse, Bahro, Dumont e outros) a pacifistas (Gandhi e Luther King), passando por humanistas (Schweitzer e Dubos) e anarquistas (Bookchin e Proudhon), em uma atitude de negação do modo de vida vigente (Simonnet, 1981).

Desde 1865, quando surgiu a primeira entidade com um caráter identificado como ambientalista, a *Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society*, até os tempos contemporâneos, as formas associativas e as orientações políticas e ideológicas se diversificaram, em uma miríade que deve ser analisada como um todo dinâmico que se movimenta na história (McCormick, 1992; Pádua, 1997). Por esta razão, o que temos são *ambientalismos* diversos e conflitantes e não um ambientalismo monolítico e idealizado, dentro do qual todos os que se pretendem ambientalistas devem se enquadrar para que possam se legitimar como tal.

Vejamos algumas classificações que se tornaram comuns na sociologia ambiental brasileira ao longo da década de noventa do século passado, que hoje apresentam nuances diferenciadas, mas que servem didaticamente para ilustrar e possibilitar uma análise mais crítica do significado deste movimento social e histórico.

Seguindo uma reconhecida classificação feita por Viola e Leis (1990, 1992 e 1995), em síntese o ambientalismo brasileiro perpassa vários grupos sociais (ambientalismo multissetorial), sendo composto por oito eixos não excludentes em suas interfaces e fundamentação teórica. Estão assim distribuídos:

- Ambientalismo *stricto sensu* – organizações sociais e grupos comunitários ambientalistas de três tipos (profissionais, semiprofissionais e amadores).

- Ambientalismo governamental – agências estatais de meio ambiente, nos níveis federal, estadual ou municipal.

- Socioambientalismo – organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais que têm objetivos sociais precípuos, mas incorporam a dimensão ambiental em sua atuação e discurso.

- Ambientalismo científico – pessoas, grupos e instituições, que desenvolvem pesquisas científicas sobre a questão ambiental.

- Ambientalismo empresarial – empresários que vinculam sua produção a certos critérios da sustentabilidade ambiental, destacadamente ao conceito de Qualidade Total e às normas ISO.

- Ambientalismo político-profissional – quadros partidários, que procuram estabelecer políticas específicas que vinculem a dimensão ambiental às políticas públicas.

- Ambientalismo religioso – representantes de religiões e tradições espirituais, que relacionam a dimensão ambiental à consciência do divino e do sagrado.

- Ambientalismo de educadores, profissionais de comunicação e arte – indivíduos, organizados coletivamente ou não, preocupados com o ambiente, que possuem grande capacidade de influir na consciência das massas.

Ao ser um esquema que manifesta os diferentes setores sociais, nega os interesses diversos e as determinações de classe que os permeiam e que estão presentes no ambientalismo, apresentando-o de modo esquemático e representando-o a partir de segmentos sociais que foram incorporando a temática às suas questões centrais: anos cinquenta, ambientalismo científico; anos sessenta, ambientalismo das organizações sociais; anos setenta, ambientalismo político-profissional e governamental; e posteriormente, os demais. Isto pode facilitar a definição de grupos analíticos, mas impedir uma construção de *movimento*, ou seja, de entendimento da dinâmica e relações que constituem o ambientalismo no país e suas tendências, principalmente no interior de cada setor destacado.

Há uma outra classificação comum que apresenta um sentido pragmático para o ambientalismo e que implica relativa desqualificação das organizações que mantêm uma prática política militante, comprometida com mudanças sistêmicas. Nesta classificação, o tipo de entidade que está afinada com a história é a que busca a profissionalização e a promoção do desenvolvimento sustentável, nos moldes compatíveis com a lógica de mercado. As demais estão fadadas à extinção<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Exemplo clássico desta posição pode ser encontrada em publicação de Crespo (1995).

Destacamos também outra classificação bastante difundida, feita por Leis (*in*: Rubio, 1992) a partir de visões de mundo e concepções éticas, separando-as em estágios: Alfa, Beta, Gama e Ômega. Mesmo tendo uma conotação esotérico-evolucionista em suas conclusões, a divisão busca evidenciar a pluralidade do ambientalismo.

Alfa se apresenta como o primeiro e rudimentar ecologismo. As preocupações se resumem à conservação de espécies e à redução do crescimento demográfico. É uma tendência em sintonia com os valores e interesses dominantes.

Beta enfatiza o sentido comunitarista, rejeitando o individualismo e a lógica de mercado. A crítica atinge o capitalismo, a racionalidade instrumental e os sistemas hierarquizados, que estabelecem desigualdades sociais. É, em síntese, a linha da Ecologia Social.

Gama, além das críticas de Beta, apresenta perfil biocentrista, defendendo a igualdade de direitos entre homens e animais. Pertencem a esta corrente os partidários da *Deep Ecology* e os *ecofascistas*, para os quais os problemas sociais são secundários e, em casos extremos, o grande problema do planeta é a própria existência humana.

Ômega postula o ecocentrismo e a luta por um equilíbrio nas relações sociedade-natureza e humanas, fundamentado em uma ética de fraternidade e de solidariedade, associando pressupostos científicos e espirituais.

Contudo, ao colocar o ambientalismo nesta perspectiva evolucionista, deixa implícito que há um tipo ideal de militante, no caso, aquele que se pauta em valores cristãos e numa ética *da fraternidade e do sacrifício*, igualitária entre humanidade e demais seres da natureza. Isto é pouco defensável para efeito de análise do processo de formação do ambientalismo, pois permite se dizer que toda tendência que não siga este caminho, idealmente concebido, de Alfa para Ômega, estará destinada ao fracasso. O sentido de construção de hegemonia em uma sociedade contraditória, de unidade na diversidade, fica inviabilizado neste tipo de classificação comum na literatura brasileira.

A tendência teórica de colocar o ambiente como uma categoria universalizante e única, sobre a qual o conhecimento científico positivo indica o caminho a ser seguido na solução dos problemas identificados, ignora a categoria *ambiente* como uma categoria social, como um problema que se materializa à medida que grupos específicos e seus interesses diversos agem na sociedade. Em uma perspectiva crítica, consenso e conflito se dão no processo e não *a priori*, portanto, o ideal em termos ambientais é o resultado desta dinâmica social, não podendo ser confundido com uma construção preconcebida de ambiente por setores que falam genericamente em nome da *salvação do planeta*.

Desta constatação decorrem três aspectos importantes, associados à discussão ambiental, sistematizados na obra de Fuks (1997): (1) o sentido *oficial* que é dado à problemática ambiental se caracteriza como algo irrelevante para a maioria da população, que não possui as condições materiais básicas para a sobrevivência; (2) ainda que o ambiente seja considerado como de interesse para o conjunto da sociedade, os benefícios da proteção e o ônus da destruição não são igualmente distribuídos; e (3) a universalidade do ambiente expressa projetos de determinados blocos, no sentido de buscar o domínio e a hegemonia de seus valores, necessidades e interesses.

Deste modo, cabe considerar criticamente o discurso majoritário de que "o movimento ecológico é aquele responsável pela melhoria da qualidade de vida da geração presente e pela garantia desta para as gerações futuras" e afirmações reificadas que ignoram a dinâmica social existente na constituição do ambiente, do tipo "Não estou a favor ou contra ninguém, estou ao lado do meio ambiente.", para trabalharmos o que uma minoria coloca: "O movimento ecológico ainda tem que quebrar esta estrutura utópica de que ele é o salvador do mundo. Tem contradições internas [...] quanto qualquer outra força social. Ele não é formado de anjos!"<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Falas de ambientalistas que participaram de uma de nossas pesquisas.

### Contribuições do ambientalismo à reflexão sobre a sociedade

Na literatura especializada disponível, o movimento ambientalista, apesar de sua diversidade organizacional e político-ideológico interna, desde seu primórdio, é apontado como um movimento histórico que traz quatro grandes categorias interconexas de discussão e reflexão fundamentais para a sociedade contemporânea.

O primeiro eixo refere-se à crítica à tradição religiosa judaico-cristã e ao seu processo de dominação e expansão (expansionismo religioso) sobre as demais formas de crenças espirituais. A concepção monoteísta, que representa a negação de outros deuses e de outras crenças, afirma a espécie humana como subjugadora das demais e à parte da natureza. A hierarquia do monoteísmo se expressa no Gênesis bíblico, quando destaca que cabe ao homem, imagem e semelhança de Deus-Criador, subjugar/dominar os demais seres vivos/natureza.

Neste escopo, a relação com a natureza é profana: quanto mais próximo desta, mais imperfeito e bruto. Para transcendê-la, instituiu-se o primado da "razão fria e calculista", reforçando a lógica capitalista moderna, da relação sujeito-objeto, da fragmentação do ambiente, inibindo-se o sensível e o natural. Para Lipietz (2000) esta construção de *senhor da natureza* caracteriza a tradição religiosa judaico-cristã, que, juntamente com o iluminismo, marcam o pensamento ocidental.

Autores vinculados à Teologia da Libertação, destacadamente Leonardo Boff, procuram repensar o cristianismo em uma perspectiva ambientalista, o que é de grande valor. Contudo, é fato a aceitação popular de um paradigma religioso excludente e dicotômico (humanidade-natureza). Esse fenômeno de reconstrução da espiritualidade ocidental pôde ser observado na Rio-92, evento que reuniu percentual significativo de tradições religiosas orientais, que particularmente influenciam com uma compreensão harmônica e unitária de planeta, a prática espiritualista ligada ao ambientalismo.

Um segundo eixo relaciona-se à Revolução Científica, bem como à consolidação do paradigma cartesiano, que molda os valores culturais modernos e o projeto positivista de ciência e tecnologia.

A emergência da ciência moderna positivista está relacionada com o contexto político-econômico e cultural da época. Neste período, a ciência expressa, ao mesmo tempo, possibilidades emancipatórias extraordinárias, negando a natureza imutável governada por desígnio divino, e a racionalidade instrumental,<sup>6</sup> própria do novo modo de produção que se consolida: o capitalismo (Harvey, 1996).

A ênfase na ciência analítica cartesiana conduz à fragmentação ilimitada do objeto, perdendo-se a noção do todo, e ao entendimento do processo causa-efeito sem historicidade, ou seja, ao nosso desligamento do ambiente. Cria-se então o primado do racionalismo instrumental, do reducionismo e do mecanicismo (Japiassú, 1976).

Esses dois fatores sustentam o terceiro eixo da crítica ambientalista: a orientação individualista-antropocêntrica, contrária ao humanismo e às concepções ecocêntricas. A sensação de poder, seja de origem divina ou derivada do domínio científico

<sup>6</sup> Neste sentido, é importante destacar que a crítica ao racionalismo não pode ser genérica, como comumente é realizada por grupos ambientalistas. O ambientalismo não pode negar a razão, comparando-a à negação da emoção e qualificando-a, por isso, como a responsável pelo modo destrutivo de se relacionar com a natureza, por torná-la um objeto passivo e *frio*. Negar a razão em sentido absoluto é negar a espécie humana, assim como reduzi-la à cognição é desconhecer o próprio funcionamento da racionalidade, uma vez que esta decorre de um processo cerebral único e indissociável que envolve aspectos cognitivos e emocionais (Damasio, 1996). A análise, para ser precisa, necessita remeter o questionamento ao racionalismo instrumental (à lógica pragmática e quantitativista de eficácia e eficiência produtiva), que se sobrepõe, no modo de produção capitalista, à racionalidade emancipatória, e que, portanto, potencializa o uso utilitário e destrutivo dos recursos naturais. A racionalidade instrumental apoiada em um cientificismo mecanicista reforça e impõe a dicotomia sujeito (humanidade) x objeto (natureza), na qual a natureza tem valor definido pelas forças de mercado e governos que sustentam tal lógica (Sheldrake, 1993). Aqui cabe ressaltar também que, ao adotarmos esta perspectiva teórica, não podemos cair em dualismos que impliquem a defesa de uma racionalidade que exclua a dimensão pragmática e de capacidade instrumental de atuação. A ação consciente e transformadora é reflexiva e instrumental, e ambas as dimensões se relacionam na práxis política.

Q  
te:  
So  
of  
Pe  
M  
A  
ql  
(e  
or  
p  
se  
d  
pr  
m  
El  
"c  
at  
pr  
di  
nr  
le  
"é  
sc  
E  
a  
p  
n  
d  
r  
a  
n  
P  
r  
s  
t  
c  
r  
r  
é  
é  
t  
r  
l

potencializado pelo capitalismo, fundamenta não só a noção de que a humanidade pode ir além dos limites biológicos, mas numa ação eminentemente individualista descolada dos determinantes sociais. É característico do pensamento moderno liberal-burguês que os seres humanos não dependem de adequação a uma ordem transcendente a si próprio para se realizarem, posto que a dimensão ética fica reduzida à vida privada, sendo a natureza apenas o meio para satisfazer as necessidades humanas. A ética e os comportamentos são ditados por valores intrínsecos ao indivíduo, favorecendo os valores egoísticos, fúteis e a cultura do descartável. Como diria Marx, "...a individualidade abstrata representa a liberdade isolada do mundo, não a liberdade integrada no mundo".

A última grande crítica ambientalista é feita à sociedade industrial e ao uso tecnológico como meio de dominação e exploração. Nunca foi vista tamanha velocidade nas transformações do ambiente com conseqüências pouco previsíveis.

Esta constatação, ao contrário do que é dito por alguns críticos do ambientalismo, não significa afirmar que a espécie humana só destrói a partir do final do século XVIII. Segundo Dorst (1981), inúmeras referências de civilizações entraram em colapso pelo uso incorreto dos recursos naturais (khmeriana, índica e maia) e pelo processo de aniquilamento da diversidade cultural, desde a expansão marítima européia.

Todo ser vivo, e especialmente os seres humanos, sempre atuaram no ambiente em um movimento de transformações e busca do equilíbrio em sentido dinâmico. O que ocorre após a Revolução Industrial capitalista é um aumento da intensidade e velocidade da ação antropocêntrica, além da afirmação de um sistema político-econômico individualista mundial, pautado na reprodução do capital, que, para isto, precisa de crescente consumo de matéria e energia.

#### Marco inicial do ambientalismo

É relevante assinalar que desde o século XVII existiam relatos documentados de pensadores levantando preocupações relacio-

nalizados com a preservação ambiental na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Contudo, não era possível definir tais posicionamentos como um movimento amplo em termos sociais. Especificamente no Brasil, pesquisadores de história ambiental (Pádua, 1987) citam Frei Vicente Salvador e sua obra *História do Brasil* como precursor, no sentido de que nesta consta a crítica ao nome de nosso país.

"Pois o pau-brasil não era uma árvore qualquer, mas sim o primeiro elemento da natureza brasileira, possível de ser explorado em larga escala, para benefício do mercantilismo europeu" (Frei Vicente, *in*: Pádua, *op. cit.*, p. 28).

São lembrados também os nomes de José Bonifácio de Andrada e Silva e André Rebouças, no século XIX, que através de um discurso positivista defendiam o uso racional da natureza; e no início do século XX, os nomes de Alberto Torres, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, que representam modelos alternativos de desenvolvimento com considerações ambientais. Estas contribuições foram ignoradas com o impulso desenvolvimentista industrial, baseado na crença da inesgotabilidade da natureza, na década de cinquenta. Somente na passagem dos anos setenta para os oitenta, a discussão recebe novo impulso em nosso território, já no contexto da crítica mundial formulada pelo movimento ambientalista.

O início do ambientalismo, enquanto movimento histórico, na década de sessenta, decoreu dos primeiros movimentos pacifistas, antinucleares, *hippie* e de contracultura, como resposta ao *establishment* político norte-americano, autoritário e belicista, e a um estilo de vida pautado no consumo de supérfluos. Constituíam-se no ambientalismo *de recusa*, rechaçando a participação política, a felicidade consumista, o trabalho alienante, o desenvolvimento produtivista e o progresso armado. Isso historicamente justifica a sua diversidade de perspectivas.

Ainda nos anos sessenta, a descoberta dos efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas químicos, denunciados pela bióloga norte-

Q  
te:  
So  
op  
Pe  
M  
A  
q  
(e  
or  
pa  
se  
de  
pr  
m  
El  
"q  
at  
p  
di  
m  
le  
"é  
sc  
El  
ai  
p  
r  
d  
re  
a  
n  
P  
ri  
s  
ti  
d  
ri  
r  
e  
é  
k  
r  
l

americana Rachel Carson no seu famoso livro *Primavera silenciosa*, publicado em 1962,<sup>7</sup> a morte e a incapacitação de várias pessoas por contato com mercúrio, no acidente de Minamata (Japão) e o início da crise do petróleo acirram a crítica ao modelo de produção. Ainda neste contexto, Garrett Hardin, em seu livro de 1967, *The tragedy of the commons*,<sup>8</sup> e Paul Ehrlich, em seu livro de 1968, *"The population bomb"*,<sup>9</sup> tecem severas críticas à superpopulação e à necessidade de controlar o crescimento populacional humano, em uma perspectiva assumidamente neomalthusiana.

Nos anos setenta, a crítica se ampliou com análises mais detalhadas sobre o sentido da existência humana no planeta e seus impactos, e de sua fragilidade enquanto ser biológico. Destaque para os cientistas James Lovelock e Lynn Margulis, formuladores da Hipótese Gaia, na qual, sinteticamente, se defende que o planeta é um organismo vivo, auto-regulado pela dinâmica dos fatores vivos (bióticos) com os não-vivos (abióticos), e nós somos apenas mais uma das espécies existentes dentro dessa regulação (Lovelock, 1987; Lutzenberger, 1990; Thompson, 1990). Logo, da mesma forma que aparecemos, poderemos desaparecer da Terra.

<sup>7</sup> Apesar de este livro não ter sido o primeiro da autora, que anteriormente havia publicado dois outros abordando o mar, e nem o primeiro nesta linha de denúncia do modo destrutivo de utilização de tecnologias – seis meses antes, M. Bookchin havia publicado o livro *Our synthetic environment*, pouco lido por sua crítica demasiadamente ampla – *Silent spring* foi o que teve maior repercussão junto à população e aos órgãos governamentais. Foi publicado em quinze países e vendeu, só nos EUA, mais de meio milhão de cópias no primeiro ano de lançamento. Mesmo acusado de ser impreciso conceitualmente e alarmista, ao abordar os efeitos sobre a saúde, levou a uma série de estudos oficiais e a um aumento de discussão pública sobre o ambiente. Ainda nos anos sessenta, doze das substâncias citadas no livro foram proibidas nos EUA.

<sup>8</sup> Neste livro, Hardin defende que não existe consciência capaz de levar a um "ambiente equilibrado", apenas a coerção, particularmente no que se refere ao tamanho da população.

<sup>9</sup> Ehrlich, um assumido alarmista, vendeu com este livro cerca de três milhões de exemplares, afirmando que o limite de capacidade de produção de alimentos havia sido atingido e que qualquer tentativa de ampliação resultaria em degradação ambiental, cabendo, portanto, um controle efetivo de natalidade. Apesar de algumas manifestações no meio científico contrárias a esta posição, o medo em relação ao crescimento populacional foi um dos grandes eixos ideológicos de mobilização de setores ambientalistas mais conservadores.

No âmbito da paleontologia e da história natural, a comprovação de que a espécie humana é resultado de um processo evolutivo obedecido por leis naturais, e não necessariamente a última e mais desenvolvida das espécies, desmoronou as últimas esperanças de um poder ilimitado (antropocentrismo-individualista).

Layrargues (1996), situando esta discussão, apresenta uma interessante metáfora religiosa de David Brower, um dos pioneiros do movimento ambientalista norte-americano, expressando a busca de articulação ciência-espiritualidade e religiosidade ocidental-religiosidade oriental:

"Tomemos os seis dias do Gênesis como imagem para representar o que, de fato, se passou em quatro bilhões e meio de anos. O nosso planeta nasceu numa segunda-feira à hora zero. A Terra formou-se na segunda, terça e quarta-feira até o meio-dia. A vida começa quarta-feira ao meio-dia e desenvolve-se, em toda a sua beleza orgânica, durante os quatro dias seguintes. Somente às quatro horas da tarde de domingo é que os grandes répteis desapareceram. O homem surge só à meia-noite menos três minutos de domingo. A um quarto de segundo antes da meia-noite, Cristo nasce. A um quadragésimo de segundo antes da meia-noite, inicia-se a Revolução Industrial. É agora meia-noite de domingo, e estamos rodeados de pessoas que acreditam que aquilo que fazem há um quadragésimo de segundo pode continuar indefinidamente." (p. 52 e 53)

Partindo do princípio de que o ser humano é um ser social, que vive e se define a partir das relações sociais, a nossa essência natural existe para a realização social. Assim, a sociedade constitui a unidade substancial da humanidade e da natureza, a realização do *naturalismo do ser humano e do humanismo da natureza* (Mészáros, 1981).

Desse modo, a grande contribuição das tendências críticas do movimento ambientalista está não só no que foi construído pelas

linhas do pensamento até aqui mencionados e que são parte viva do movimento, mas principalmente na crítica profunda e radical ao sistema socioeconômico e ao padrão civilizacional, já presente em diferentes autores e tendências desde a sua formação. Uma organização social e econômica que oprime e promove a alienação, materializada na subjugação pelo capital e *coisificação* de tudo e de todos, estabelece a dicotomia na relação sociedade-natureza.

O processo de desdobramento do capitalismo mundial, cuja base se assenta na produção de mercadorias para sua reprodução e não para a satisfação das necessidades materiais basicamente definidas, conduziu ao ápice de nossa história de rompimento e de degradação da qualidade de vida e do ambiente. Por isso, a ação ambientalista, sem a devida capacidade crítica e política, perde seu efeito transformador, por mais ricas que sejam as propostas filosóficas e práticas.

O campo das forças democráticas e ecológicas conta com a obra de alguns expoentes, que contribuem decisivamente para a construção de determinados eixos políticos capazes de respaldarem a ação ambientalista crítica e transformadora, em um universo de idéias vigoroso e plural que compõem este movimento social (Dupuy, 1980).

O universo da crítica política tem uma vertente pautada em Guattari e sua famosa publicação no ambientalismo brasileiro, *As três ecologias* (1990), em que defende a ação integrada entre ecologia mental (relação do indivíduo consigo mesmo), ecologia social (relações sociais) e ecologia natural (relação com a natureza, *stricto sensu*).

Passa por Bahro (1979), com suas propostas humanistas e de uma economia voltada para a satisfação das necessidades básicas baseada em processos autogestionários, de considerável influência na origem dos Partidos Verdes europeus.

E tem como principais referências intelectuais: René Dumont, Herbert Marcuse, Jean-Pierre Dupuy, Alfred Schmidt e Cornelius Castoriadis; dentre outros autores, como: André Gorz, E. Altvater, E. Goldsmith, A. Smith, D. Pepper, J. O'Connor e M. Bookchin; e

o campo específico da teoria social: A Giddens, D. Goldblatt e E. Morin.

Algumas passagens desses autores merecem citação para um melhor entendimento do âmbito político de suas propostas e do ambientalismo enquanto parte do movimento histórico transformador da sociedade capitalista.

Na França, 1972, há uma importante colocação de Marcuse, declarada no debate "Ecologia e Revolução", que contou com a participação de diversos expoentes do pensamento ambientalista à esquerda (Morin, Bosquet, Goldsmith, Mansholt, entre outros), em suas diferentes matrizes e definições de uma sociedade ecossocialista, situando o problema no contexto das contradições do capitalismo:

"... a luta ecológica esbarra nas leis que governam o sistema capitalista: lei da acumulação crescente do capital, criação de uma mais-valia adequada, do lucro, necessidade de perpetuar o trabalho alienado, a exploração... a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a Terra dentro do quadro do capitalismo... é indispensável mudar o modo de produção e de consumo, abandonar a indústria da guerra, do desperdício, e substituí-los pela produção de objetos e serviços necessários a uma vida de trabalho reduzido, de trabalho criador, de gosto pela vida... Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de a substituir... a verdadeira ecologia vai dar um combate militante por uma política socialista" (Mansholt e Marcuse, 1973; p. 51 e 52).

Apesar das críticas a que Marcuse se presta, principalmente no que se refere a um profundo pessimismo sobre a dimensão tecnológico-instrumental da sociedade industrial, que abre margem

para atitudes românticas, é inegável o valor de sua obra clássica *O homem unidimensional*.

“O padrão de vida alcançado nas áreas mais desenvolvidas não constitui modelo apropriado de desenvolvimento se o propósito é a pacificação. Em vista do que esse padrão fez ao homem e à Natureza, deve ser novamente perguntado se ele vale os sacrifícios e as vítimas feitas em sua defesa. A pergunta deixou de ser irrespondível desde que a sociedade afluente se tornou uma sociedade de mobilização permanente contra o risco de aniquilamento e desde que a venda de suas mercadorias se fez acompanhar de imbecilização, de perpetuação da labuta e da promoção da frustração” (Marcuse, 1967, p. 223).

Em 1976, o livro *Ecologia e política*, de André Gorz<sup>10</sup>, propõe:

“O objetivo realista, e atual, deixou de ser trabalhar e produzir, mas sim trabalhar e produzir menos, vivendo melhor e de outro modo, que implicará a eliminação de desperdícios..., a exclusão do mercado de bens e serviços básicos necessários a todos. Conversão do aparelho e dos métodos produtivos, conversão do modelo de consumo e de vida – o socialismo, pois é afinal disso que se trata – é uma exigência para hoje, e não sermos marginalizados e sacrificados à crise” (Gorz, 1976, p. 27).

<sup>10</sup> Na verdade, já em 1964, Gorz levanta as contradições do capitalismo, ocasionadas pelo desperdício de recursos (naturais e econômicos) para fomentar o consumo e a geração de bens supérfluos como mecanismo de reprodução do sistema, e isto pode ser observado na pobreza que cresce diante do aumento de riquezas geradas. O capitalismo, em resumo, impõe, desta forma, além da exploração no processo produtivo, o ônus pela degradação do ambiente em que se vive. Foram considerações preliminares que seriam amplamente desenvolvidas nas obras posteriores do autor. O livro em que Gorz anuncia sua perspectiva ecológica é: GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Esta noção de Gorz se repete ao longo de sua obra, entendendo o ambientalismo como um novo padrão civilizacional. Seguindo a tradição marxista, considera que há uma contradição entre o capitalismo em sua necessidade de produção de bens além do necessário e os limites da natureza (Bowring, 1995). Temos a síntese de seu pensamento na palestra feita no debate “Ecologia e Revolução”, anteriormente mencionado.

“Esta visão duma sociedade pós-industrial e pós-capitalista é, ao fim do cabo, a única compatível com a gestão e a atribuição racionais dos recursos globais, com a revolução econômica, que supõe a ‘revolucionarização’ das relações entre o homem e a natureza, reclamada pelos ecologistas. É que a ecologia, por causa dos novos parâmetros que introduz no cálculo econômico é, virtualmente, uma disciplina fundamentalmente anticapitalista e subversiva” (Mansholt e Marcuse, 1973, p. 32).

Para Gorz o socialismo (mundo da liberdade e da emancipação) não significaria necessariamente a supressão absoluta do mercado, mas de sua lógica pautada na apropriação privada dos benefícios socialmente produzidos, no livre mercado gerador de acumulação privada e no pragmatismo científico e político. É mais, portanto, do que um sistema burocraticamente concebido e determinado por um aparato estatal autoritário e planejador, é a consciência prática de abolição do modo capitalista de organização é um processo contínuo de construção de bases sustentáveis para a vida.

René Dumont, em um clássico de 1980, *Ecologia socialista*, nos diz:

*“La ecología socialista va pues mucho más lejos que todos los programas comunes de la derecha e incluso de los de la izquierda... Exige mucho más de nosotros, una revolución interna de nuestras concepciones, de nuestra mentalidad, de*

*nuestras relaciones. Nos obliga a intentar ser más, no a tener más*" (p. 225).

Em um outro livro, Dumont coloca:

"...a atividade econômica aproxima-se de um nível em que o crescimento ulterior desse produto mundial bruto custará mais do que renderá. Não: o mundo não pode, sem grandes perigos, continuar no caminho atual, aquele em que domina o liberalismo descontrolado" (Dumont, 1989, p. 58).

Em 1979, em palestras proferidas nas universidades brasileiras, e que estão apresentadas no livro *Introdução à crítica da ecologia política*, Dupuy (1980), lembrando a capacidade do sistema de se adequar às dificuldades que se expressam a partir de suas contradições internas, observa:

"A ecologia do capitalismo é a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista. Essa integração é possível e está em via de conceptualização, programação e implantação. Em resultado, o capitalismo será sem dúvida fortemente transformado, mesmo se, a um nível suficientemente profundo, houver sempre a possibilidade de detectar sua lógica destrutiva." (p. 16).

Em 1980, Castoriadis, no debate "Luta Antinuclear, Ecologia e Política", realizado em Louvain-a-Hova (Bélgica), comenta:

"O que o movimento ecológico põs em questão, de seu lado, foi outra dimensão: o esquema e a estrutura das necessidades, o modo de vida. E isto constitui uma superação capital daquilo que pode ser visto como o caráter unilateral dos movimentos anteriores. O que está em jogo no movimento ecológico é toda a concepção, toda a posição das relações entre

humanidade e o mundo e finalmente, a questão central e eterna: o que é a vida humana? Vivemos para fazer o quê?" (Castoriadis e Cohn-Bendict, 1981, p. 24).

Em Castoriadis (1982), a heteronomia existente, ou seja, a inclusão passiva de cada vida individual em uma ordem preexistente e transcendente, é possível de ser superada pela autonomia, através da reflexão crítica e pela constituição de espaços públicos de atuação e reorientação humana. O autor destaca também que o caminho para a transformação se pauta em um elevado nível de articulação destas forças contrárias ao sentido de dominação inerente ao capitalismo.

Neste mesmo campo reflexivo e crítico, Guattari (1990) se destacou defendendo a transformação em três níveis para a realização do projeto societário ambientalista autônomo e libertário: no plano mental (a relação do indivíduo consigo mesmo), no plano social (a relação com o outro, a família e os sujeitos coletivos) e no plano ambiental *stricto sensu* (a relação indivíduo-natureza e sociedade-natureza).

Esta proposta obteve grande repercussão, exatamente por seu caráter radical, capaz de instituir uma nova ética, a ecológica, em que a valorização da vida, da solidariedade e de uma sociedade justa passa a ser o maior objetivo dos movimentos sociais. Sua proposta procura ser uma síntese da ecologia política com a ecologia do indivíduo.

Para o autor, o capitalismo, enquanto fenômeno histórico, deu origem a diferentes formas de repressão e de controle, que resultaram na opressão dos desejos mais legítimos e na neutralização dos movimentos sociais tradicionais. Logo, a estratégia a ser adotada para a transformação social não pode restringir-se à conquista dos aparelhos de Estado, mas deve partir da ação cotidiana individual e coletiva, atingindo e questionando todas as engrenagens da vida em sociedade. A isto denomina de *revolução molecular* (Guattari, 1981).

Segundo seu ponto de vista, a revolução socialista fracassou porque ficou restrita ao controle dos meios de produção. Partindo

Qu  
tes  
Soc  
opt  
Per  
Me  
Ap  
qu  
(e  
orç  
pa  
sei  
da  
pr  
m  
El  
"q  
at  
p  
di  
m  
le  
"é  
sc  
El  
ai  
p  
n  
d  
r  
a  
n  
F  
r  
s  
t  
c  
r  
i  
c

desse pressuposto, ele defende a tese de que, para ser bem-sucedido, o socialismo deve articular as lutas clássicas aos movimentos do dia-a-dia, as lutas moleculares às macroestratégicas, atravessando o sistema em todos os níveis; do contrário, ela não se fará realizar.<sup>11</sup>

Assim, concluindo, podemos definir o campo analítico da ecologia política e do ambientalismo crítico como a síntese de cinco princípios (Alphandéry e Dupont, 1992):

• Enquanto cultura global e prática política radical, concerne ao conjunto das atividades em sociedade, à relação sociedade-natureza e aos problemas existentes no modelo de organização social. Visto que o projeto de dominação *do homem pelo homem* é o mesmo de dominação destrutiva da natureza (modernidade capitalista), o ambientalismo não pode ser identificado unicamente com a busca por resolver problemas ambientais naturais, mas com o repensar dos campos econômicos, simbólicos e políticos da humanidade que determinam, em última instância, tais problemas.

• Busca reconstruir desejos e necessidades, a partir do reconhecimento da existência de limites planetários, definidos em determinados contextos históricos.

• Supõe a mudança radical dos valores individualistas, consumistas e produtivistas.

• Estimula a vida comunitária, processos autogestionários e descentralizados de produção, e uma nova dinâmica entre global-local e sociedade-comunidade.

<sup>11</sup> Mesmo sendo objeto de questionamentos por sua ênfase na ação local, é interessante destacar o quanto esta perspectiva contribuiu para uma reflexão acerca do modo como os grupos revolucionários atuaram na década de sessenta. Dentro desta perspectiva, a ausência da *satisfação*, do fazer com *alegria*, justificável pelo quadro de repressão e perseguição física e simbólica, também conduziu ao distanciamento para com a população em geral e ao fracasso das ações revolucionárias. É evidente que isto não foi o determinante, mas de qualquer forma, esta discussão se mostra pertinente uma vez que a mudança da sociedade se estabelece dialeticamente com mudanças no plano individual. Esta freqüente contradição entre buscar um mundo radicalmente diferente e se manter com valores e atitudes conservadoras constitui-se em um dos interessantes objetos de discussão no ambientalismo. Ver: Unger, 1991.

• Visa à democratização do Estado, à cidadania plena, à construção de condições materiais para a satisfação das necessidades básicas e à formação de uma *“governança planetária”*<sup>12</sup>.

Desenvolvimento: sustentável para quem?

No plano governamental, no cerne das discussões iniciadas pelos ambientalistas, a questão dos limites da humanidade e suas alternativas foi materializada com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, Estocolmo.

A orientação do encontro pautou-se nas conclusões do Clube de Roma, presentes na obra *Limites do crescimento* (Meadows, 1978). O estudo, iniciado em 1968 e apresentado em 1972, afirma que qualquer que seja a associação feita entre os cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição), os resultados serão sempre assustadores, com uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100.

É fato a orientação positivista do corpo de cientistas envolvidos com o Clube de Roma, contudo, a gravidade do quadro apresentado mereceu a atenção de pessoas das diferentes posições políticas e ideológicas, posto que a ameaça, agora, era entendida e consensualmente vista como real. A crise energética (particularmente a do petróleo), a superpopulação e a poluição atmosférica nos países do norte, que comprometeriam o processo de produção industrial, também serviram como motivadores da Conferência, em função de interesses dos países centrais, os maiores poluidores.

A Declaração de Estocolmo, documento final, assinado por todos os países membros da ONU, apresentou como solução um

<sup>12</sup> O termo começa a ser utilizado amplamente por ambientalistas sem, no entanto, apresentar na literatura específica uma conceituação clara. Aqui referimo-nos a uma tentativa genérica de constituição de um corpo institucional internacional, com poderes deliberativos e de pressão moral, composto por sujeitos diversos: Estados-Nação, organizações internacionais e multilaterais afinadas e articuladas com as entidades locais. Não entram no mérito dos questionamentos feitos ao conceito que teve origem na estratégia de “internacionalização” dos Estados por parte do Banco Mundial. Ver: Osmont (2001).

modelo de desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos de alguns processos degenerativos do ambiente. A resposta foi pautada em uma pretensa neutralidade ideológica e em alternativas tecnológicas limpas, expressas em vinte e seis princípios. Questões estruturais não foram abordadas.

Essa opção ideológica por um discurso aparentemente não-ideológico e neutro, centrado em um *espírito* solidário, em uma noção de valores homogêneos que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente reificado, se ampliou, ganhou em complexidade e culminou no relatório "Nosso Futuro Comum", da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituída em 1983 na sessão 38 da Assembléia Geral da ONU, inicialmente com vinte e três membros, coordenada por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega. O referido relatório foi aprovado sem restrições na sessão 42 das Nações Unidas, no ano de 1987, formalizando o conceito *oficial* de Desenvolvimento Sustentável<sup>13</sup> (CMMAD, 1991).

Seu caráter genérico e conciliador, norteado por uma perspectiva humanitária baseada na *cooperação mútua de boa-fé* e na gestão racional e ética dos recursos naturais como saída para a salvação planetária, permite que ambientalistas o entendam como uma solução para as desigualdades sociais, preservação de recursos e da diversidade cultural e da integridade ecológica.

São profundamente simpáticas as preocupações expostas por diferentes cientistas e lideranças políticas mundiais envolvidos com a proposta. A possibilidade de pensar um modelo conciliatório ex-

<sup>13</sup> Há diferentes formas de se definir desenvolvimento sustentável. No texto, o conceito a que nos referimos é relativo ao modelo proposto oficialmente pela ONU e ratificado pelos governos membros das Nações Unidas. O movimento ambientalista se orienta desde essas orientações hegemônicas até linhas conceituais que, para dar outro caráter ao termo, se utiliza da expressão "sociedade sustentável", ou se utiliza do termo padrão explicando-o detalhadamente, clarificando a posição teórica e ideológica. Conceitos similares também já foram empregados, com nuances conceituais importantes, mas que não obtiveram a aceitação e divulgação igual a *desenvolvimento sustentável*. Dentre estes destacamos o de *ecodesenvolvimento*, que é anterior e que foi formulado por Sachs (1986).

cita parte dos pensadores e militantes ambientalistas. O que há de errado em se sonhar com um mundo harmônico e agradável? Um mundo sem contradições e ideologias?

Porém, analisando o documento, observa-se um conteúdo conservador das práticas econômicas, associando desenvolvimento a crescimento e à expansão do mercado, desde que este se pautasse pelos princípios solidários idealmente concebidos, garantindo hipoteticamente a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social. Isto é vazio de sentido teórico, uma vez que não há uma relação analítica consistente que indique a possibilidade de justiça social e *natural* no marco de uma lógica capitalista historicamente evidenciada como excludente e desigual (Acselrad, 1999). A compatibilização desejada fica pautada no plano moral e não no estrutural, como se o problema determinante dependesse unicamente, para ser resolvido, da superação individual de uma abstrata falta de ética e de consciência ambiental.

Há, no relatório, uma ênfase na pobreza como geradora de mais pobreza e destruição da natureza. É um pensamento tautológico, que justifica o crescimento econômico pautado em tecnologias limpas, na mensuração dos recursos disponíveis e utilizados e na gestão ambiental como elemento capaz de rompê-la e trazer padrões dignos de sobrevivência para todos.

A história exemplifica e atesta essa tendência conservadora. Entre outros, os apologetas e propagadores do sentido hegemônico do desenvolvimento sustentável são os empresários membros da Business Charter for Sustainable Development, conselho de excelência e apoio à ONU, e governos vinculados aos países centrais. Em relação à Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, segundo análise de seus documentos de 1994 e 1995, feita por Acselrad e Comerford (1999), dentre as matrizes discursivas encontradas, destaca-se a ausência de um conceito claro e delimitado para desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, algo que é apresentado como dado, ético e legítimo em si mesmo por seus objetivos sociais, mas sem referência ao *modus operandis* do merca-

do. No Brasil, o documento oficial para a Rio-92 (CIMA, 1991 e 1992), bem como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e seus documentos, evidenciam que a lógica é a de integrar critérios ecológicos à prática econômica mercantil e liberal para acelerar o desenvolvimento.

Em simpósio preparativo para a Rio-92, realizado com a presença de seiscentos empresários, promovido pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o presidente do BCSD, Stephan Schmidheiny, resumiu nos seguintes pontos o modelo de sustentabilidade a ser respeitado por governos e lideranças econômicas (Fortes, 1992): Promover uma economia de oportunidades para que as empresas tenham acesso aos mercados e tecnologias; diminuir a influência dos Estados no mercado; integrar valores ambientais às práticas comerciais; agregar valor aos recursos naturais utilizados no processo produtivo e estabelecer maior eficiência no processo econômico e no emprego de recursos naturais (gestão ambiental e tecnologia limpa).<sup>14</sup>

A questão ambiental, tal como é posta no discurso hegemônico da sustentabilidade, indica que a solução a ser adotada pelo conjunto da sociedade é integrar os ciclos da natureza à lógica de acumulação capitalista – a propriedade privada assegura melhor a proteção ao meio ambiente, onde a palavra chave é eficiência do processo produtivo. Lógico que isto não é desprezível, é imperativa a adequação do modelo produtivo às necessidades ambientais. Mas ao centrar atenções no cidadão consumidor, ignorando aspectos estruturais do modelo econômico vigente, entre outros problemas que daí derivam, excluem-se os que estão fora do mercado, que passam a ser duplamente excluídos: social e ambientalmente.

<sup>14</sup> Kovel (1999), ao analisar a perspectiva do presidente da BCSD, lembra que é ingênuo supor que haverá investimento em tecnologias limpa, inclusive para empresas menores, excluídas da globalização do mercado, apenas por consciência ambiental (podendo ocorrer por interesses competitivos), bem como é vazio de fundamento e de constatação histórica afirmar que qualidade e eficiência no processo produtivo são inerentes ao capitalismo e ao mercado liberalizado.

No ano de 1992, um dos documentos oficiais e principais da Rio-92, a Agenda 21 (Governo Federal/PNUD, 1992), teve a assinatura de chefes de Estado de cento e setenta e nove países. Este se constitui em uma metodologia de implementação do desenvolvimento sustentável nas seguintes bases: preservação da biodiversidade, manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais, cabendo a cada país instituir uma agenda nacional e agendas locais em estados e municípios.

A proposta desta Agenda ao mesmo tempo em que pretende ser um meio para atingir mudanças na estrutura de consumo, via participação social e cooperação internacional, alterando o quadro de degradação ambiental e miséria social e de falta de exercício da cidadania, reforça o mercado de alguma forma regulado e subordinado a uma *ética planetária* de salvação da espécie e à busca de soluções via gestão tecnológica. A Agenda 21 tem o mérito de reconhecer a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental, mas pauta suas metas na redução de consumo de matéria e energia e não na mudança de modelo de produção, distribuição e consumo (Acsehrad e Leroy, 1999).

Assim, a Agenda 21 se acopla perfeitamente ao fluxo da história (das classes dominantes). As políticas econômicas entendidas como saudáveis são aquelas que ampliem a livre circulação de capitais, de investimentos e de comércio. Os setores sociais são chamados a intervir sempre de modo marginal, uma vez que o *núcleo duro* do sistema não é discutido: a economia e o mercado. Isto é facilmente observado ao se verificar que as Agendas 21 constituídas não possuem ou pouco possuem mecanismos diretos de deliberação acerca da destinação dos recursos em políticas sociais ou de intervenção na política econômica.

Nos modelos oficiais conhecidos de sustentabilidade em países industrializados, são estabelecidos critérios econômicos e quantitativos para justificar a redução no uso de recursos naturais e na produção de energia e matéria, ignorando os processos sociais de

significação e apropriação dos materiais. Como coloca Acsehrad (1999), "... não basta perguntar quanto dos recursos se está utilizando se não se pergunta também 'para que' e 'para quem'" (p. 16).

Enquanto princípio de intenções genéricas e idealizadas<sup>15</sup> e metodologia de implementação de programas governamentais apoiados na sociedade civil, em parceria e visando ao desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 é um documento que merece atenção. Contudo, alguns pontos justificam maior reflexão para que seja apropriada de modo a facilitar procedimentos democráticos e substancialmente participativos.

Ter por pressuposto a crença na *boa-fé* dos interesses do capital privado para resolver os problemas socioambientais é, no mínimo, ignorar a lógica do capitalismo e sua necessidade crescente de acumulação e apropriação privada dos recursos naturais, comprovada em fatos e dados. Além disso, teoricamente a sua base para a cooperação está pautada na conquista de consensos *a priori* e garantidos através da participação social. Só que estes consensos previamente construídos à luz do conhecimento científico como aquele capaz de definir problemas e sua gravidade de forma "neutra", derivam de diálogos e elementos comuns obtidos entre interesses diversos, existindo, neste ponto, um erro de perspectiva analítica, visto que não se constroem consensos efetivos apenas tomando por base os interesses diversos e desconsiderando as desigualdades estruturais que geram necessidades e níveis de participação cidadã diferenciados. A questão não se restringe a ter predisposição para se sentar à mesa com membros representantes de outras classes sociais, em aprender a ouvir o outro, que age de modo equivocado por não compreender o que os demais precisam. O diálogo precisa le-

<sup>15</sup> A Agenda 21 está estruturada desta forma para que possa ser utilizada enquanto metodologia por qualquer governo instituído, independentemente de opção política, desde que seus princípios sejam respeitados. O problema é que ao ser posto desta forma inverte o sentido lógico de um procedimento metodológico. Em vez de ser uma orientação metodológica a ser analisada e que visa à participação, podendo assim ser apropriada e reestruturada em função de cada realidade social, pretende ser um guia aceito como tecnicamente correto e neutro sob o qual cada contexto social deve se adequar.

vir em consideração as contradições que permeiam a sociedade e em projetos antagônicos de mundo que marcam as visões que se têm diante. Em síntese, a questão não é unicamente aproximar os níveis diferenciados de consciência, mas de entender que existem bases materiais que situam historicamente os atores sociais individuais e coletivos. À medida que isto seja colocado, os consensos passam a ser dialeticamente pensados junto à dimensão do conflito inerente à dinâmica contraditória da sociedade e como a resultante de processos democráticos.

Politicamente e pensando em termos da tradição brasileira autocrática de poder governamental – esta subordinada aos interesses de elites políticas e econômicas –, a perspectiva de construção de espaços públicos de decisão de projetos a longo prazo (perspectiva de futuro) vira retórica. Com uma sociedade civil em certo sentido fragmentada e desmobilizada, com setores sociais ignorados, que normalmente já são excluídos e que pouco participam de processos coletivos de decisão política, e sob uma lógica eleitoral imediatista, típica da democracia liberal, fica difícil supor a viabilidade desta perspectiva.<sup>16</sup> É preciso, para atuar no sentido da participação e da democracia, que sejam estabelecidos processos efetivos de inclusão, de reforço da sociedade civil, de transparência nas informações e de compartilhamento de poder.

Após estas reflexões e como conclusão preliminar ao significado de sustentabilidade, podemos assim redefini-la: "[ é ] o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais

<sup>16</sup> Na prática, o que se observa é um conjunto de princípios metodológicos que estão descolados da realidade social objetiva e que são utilizados livremente em cada contexto de acordo com os interesses dos atores sociais que estão à frente do processo. Assim, todos se apropriam de categorias como cooperação, participação, consenso, solidariedade, com se fossem passíveis de consensos em seus significados de modo prévio e absoluto. Isto acaba se tornando uma estratégia de despolitização da sociedade, pois cria-se uma ilusória compreensão de que todos buscam os mesmos instrumentos e meios para a melhoria das condições de vida, quando na verdade, possuem compreensões distintas e antagônicas do que vêm a ser processos democráticos e participativos, se refletindo nas distintas experiências de Agenda 21 Local.

Q  
te  
St  
of  
Pr  
M  
Al  
qt  
(e  
oi  
pe  
se  
di  
p  
n  
El  
"c  
ã  
p  
d  
n  
le  
s  
E  
ã  
f  
r  
e  
r  
d  
l  
i  
i

de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais” (Acsehrad e Leroy, 1999, p. 28 e 29). Desse modo, tiramos o conceito de sustentabilidade do campo hegemônico discursivo da neutralidade e o colocamos no campo das lutas sociais, espaços sociais privilegiados para a produção e reprodução de sentidos.

Agora, contextualizemos esta discussão acerca do desenvolvimento sustentável em termos de alguns dados disponíveis.

Estudo do Ibase (1997) sobre problemas ambientais no Brasil demonstrou que em um universo de duzentos e setenta e três agressões ambientais *visíveis*, ou seja, que ganharam espaço na imprensa, no ano 1993, 50% correspondiam ao capital privado; 27% ao Estado, normalmente movido por interesses de elites econômicas; e os 23% restantes ocasionados pela ação de pescadores, caçadores, garimpeiros, trabalhadores rurais e outros setores da população que, em grande medida, geram esse impacto pela própria marginalização da qual são vítimas.

Segundo dados publicados no boletim *ONU em Foco* (set. 1996), a partir de resultados obtidos pelo PNUMA, apesar da proliferação de organismos de defesa ambiental (trinta mil identificados pelo programa) e dos documentos internacionais assinados após a Rio-92, a qualidade de vida vem piorando. Dentre outras informações graves: cerca de 20% das espécies animais e vegetais estão em processo de extinção pela intervenção direta da humanidade; 40% da população mundial não possui água potável; a qualidade do ar piorou nas megalópoles; as florestas estão desaparecendo em ritmo superior a 50% além da velocidade de dez anos atrás; e doenças como a tuberculose matam mais na década de noventa do que no início do século passado. Outro dado alarmante refere-se ao ritmo de extinção de espécies: segundo Wilenius (1998), há cálculos que indicam a perda de trinta mil espécies por ano, com danos incalculáveis à biodiversidade planetária. Dados todos corroborados ou recentemente agravados, segundo o que se pode observar no relatório *Estado do Mundo 2000*, do Worldwatch Institute (Marzagão, 2000).

Algo preocupante apontado nos dados disponibilizados pela ONU refere-se ao risco de guerra mundial ocasionada pela escassez de água (Rainho, 1999). Vinte e um países sofrem de falta de recursos hídricos, devendo este número chegar a cinquenta e cinco na segunda década do século vinte e um; a disponibilidade de água foi reduzida em 60% nas últimas cinco décadas; há registros de setenta conflitos violentos por controle de recursos hídricos em diversas partes do planeta; no Brasil 40% da água é desperdiçada e percentual elevado do abastecimento doméstico no país não tem qualquer tipo de tratamento.

Este é um quadro que assusta e aflige, mesmo quando compreendemos de modo dialético a realidade e negamos o entendimento linear da realidade, pois evidencia uma dinâmica contemporânea destrutiva e beligerante, de elevado risco para a sociedade.

Enquanto metodologia de implementação de projetos sustentáveis, no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente – MMA – publicou documento com as cem experiências bem-sucedidas no país (MMA, 1997), em que são observadas a ampla participação e a parceria dos setores da sociedade, alcançando, sem dúvida alguma, excelentes resultados pontuais em áreas como: ação social (dezesseis); ação empresarial (sete); Agenda local (onze); águas (sete); ar (dois); comunicações/redes (cinco); educação ambiental (nove); energia (quatro); fauna (quatro); florestas/unidades de conservação (doze); lixo (nove); políticas públicas (dez); e saúde (quatro).

Contudo, sem nenhum demérito dos trabalhos desenvolvidos e sem buscar analisar os critérios utilizados para considerar determinadas experiências bem-sucedidas em detrimento de outras, sempre ficam indagações: até que ponto essas experiências serão capazes de se reproduzirem em larga escala? Até que ponto o mundo do capital vai *colaborar*? Até que ponto essas ações políticas serão capazes de provocar rupturas no padrão econômico-estrutural? E ainda, até que ponto isto é significativo em um panorama político governamental que desvaloriza ações interministeriais com a presença do MMA e que corta as verbas de investimento na área estritamente ambiental? O fato é que estas experiências se caracterizam

pela excepcionalidade e pela impossibilidade de se constituírem em políticas públicas e programas governamentais que lancem a sociedade no caminho de padrões sustentáveis.

Concluindo, o conceito de sustentabilidade oficial e hegemônico, em uma perspectiva crítica, é ideológico e estimulador da subordinação dos sujeitos sociais à lógica econômica e competitiva, sob o discurso do consenso e da cooperação. A sustentabilidade ambientalista crítica pressupõe o inverso: que a cidadania seja a base do desenvolvimento, que o econômico se subordine aos sujeitos sociais distintos, em estratégias localizadas inseridas em um sentido de globalização que concretize a interdependência sem dependência e submissão.

## TEORIA SOCIAL CRÍTICA E A QUESTÃO AMBIENTAL

“A humanidade socializada, em aliança com uma natureza  
 mediatizada, transforma o mundo em lar.”  
 Ernst Bloch

Aprofundando e retomando uma discussão iniciada em outra publicação<sup>17</sup>, discorreremos sobre a tradição teórico-crítica em seu sentido mais *lato*, onde se incluem marxistas ortodoxos, heterodoxos, neomarxistas, frankfurtianos, dentre outros. Com isso, estamos conscientemente fazendo uma opção eclética, porém, coerente e pertinente para repensar a relação sociedade-natureza a partir do método dialético e histórico. Em nosso entendimento, este método possui uma indiscutível contribuição ao debate ecológico, pelo sentido de unidade dialética sociedade-natureza, de entendimento do humano como natureza sem suprimir suas especificidades, e por permitir uma reflexão contextualizada e consistente do discurso e da prática ambientalista. Desse modo, nos inspiramos em conceitos inseridos nesta complexa e ampla tradição teórica, que iluminam a discussão acerca da relação Teoria Social e Questão Ambiental, sem uma preocupação direta em demonstrar os pontos discordantes existentes entre as inúmeras linhas de pensamento que aí se inscrevem.

Para ilustrar este aspecto da diversidade de entendimentos no interior da tradição crítica, verificamos diferentes formas de se en-

<sup>17</sup> Aspectos iniciais acerca da tradição teórico-crítica foram comentados em Loureiro, Castro e Layrargues (2000).